

C — Estatísticas judiciais do Tribunal da Função Pública

Atividade geral do Tribunal da Função Pública

1. Processos entrados, findos, pendentes (2007-2011)

Processos entrados

2. Percentagem do número de processos repartidos por principais instituições recorridas/demandadas (2007-2011)
3. Língua de processo (2007-2011)

Processos findos

4. Acórdãos e despachos — Formação de julgamento (2011)
5. Sentido da decisão (2011)
6. Medidas provisórias (2007-2011)
7. Duração dos processos em meses (2011)

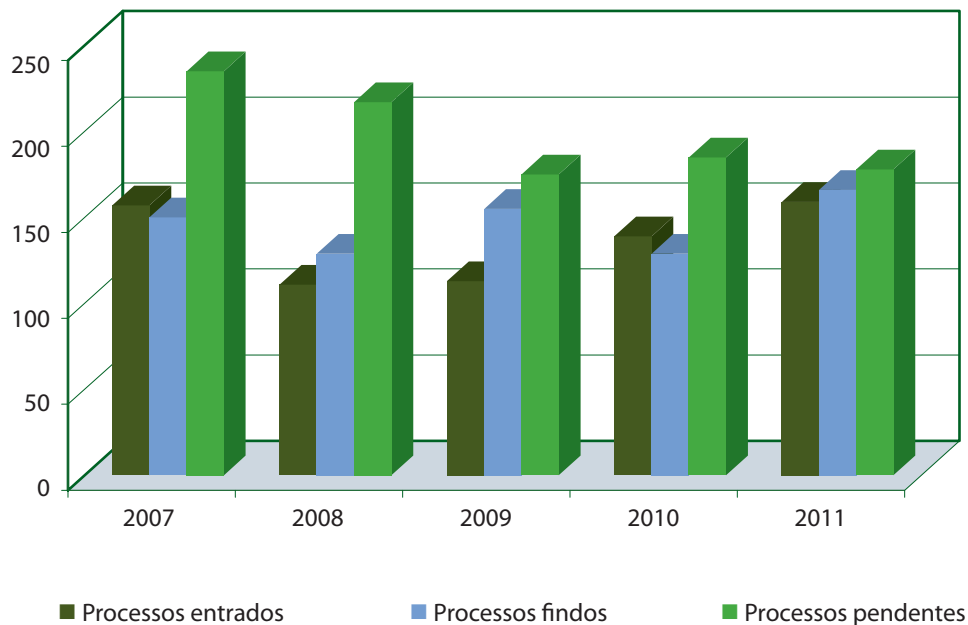
Processos pendentes em 31 de dezembro

8. Formação de julgamento (2007-2011)
9. Número de recorrentes/demandantes (2011)

Diversos

10. Decisões do Tribunal da Função Pública que foram objeto de recurso para o Tribunal Geral (2007-2011)
11. Resultados dos recursos para o Tribunal Geral (2007-2011)

1. *Atividade geral do Tribunal da Função Pública* Processos entrados, findos, pendentes (2007-2011)



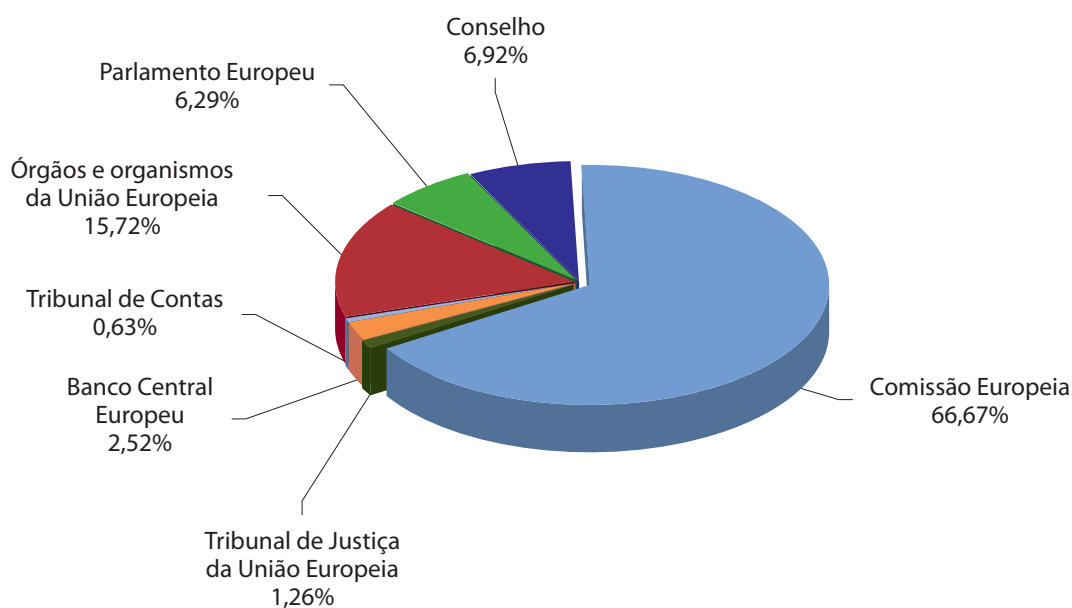
	2007	2008	2009	2010	2011
Processos entrados	157	111	113	139	159
Processos findos	150	129	155	129	166
Processos pendentes	235	217	175	185	178 ¹

Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos, independentemente das apensações por razões de conexão (um número de processo = um processo).

¹ Dos quais 6 processos que foram suspensos.

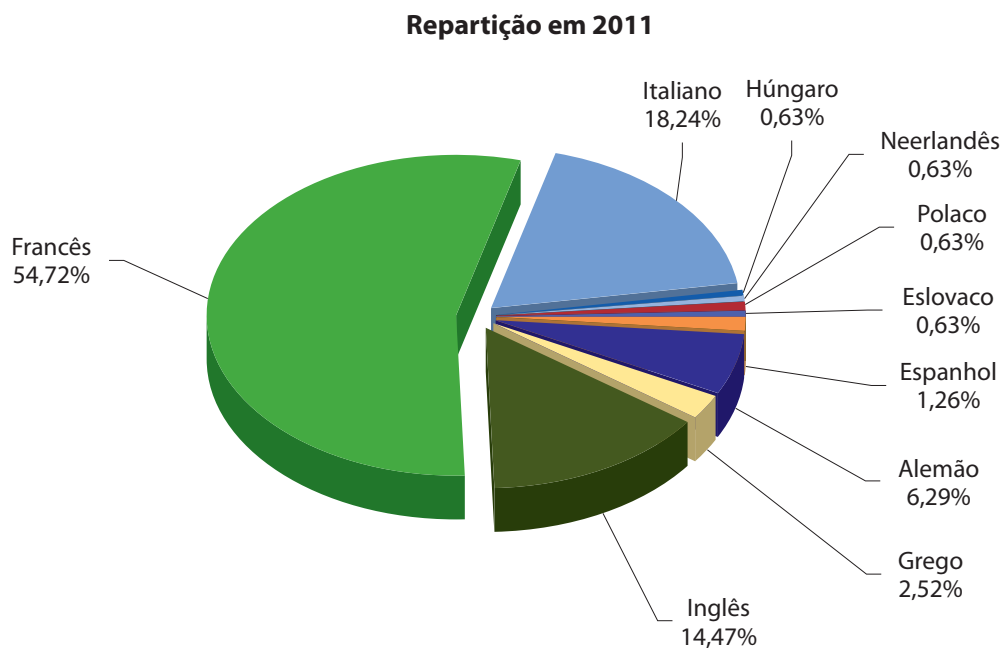
2. *Processos entrados* — Percentagem do número de processos repartidos pelas principais instituições demandadas/recorridas (2007-2011)

Percentagem do número de processos entrados em 2011



	2007	2008	2009	2010	2011
Parlamento Europeu	15,29%	14,41%	8,85%	9,35%	6,29%
Conselho	4,46%	4,50%	11,50%	6,47%	6,92%
Comissão Europeia	63,69%	54,95%	47,79%	58,99%	66,67%
Tribunal de Justiça da União Europeia	3,82%		2,65%	5,04%	1,26%
Banco Central Europeu	1,27%	2,70%	4,42%	2,88%	2,52%
Tribunal de Contas	2,55%	5,41%	0,88%		0,63%
Órgãos e organismos da União Europeia	8,92%	18,02%	23,89%	17,27%	15,72%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

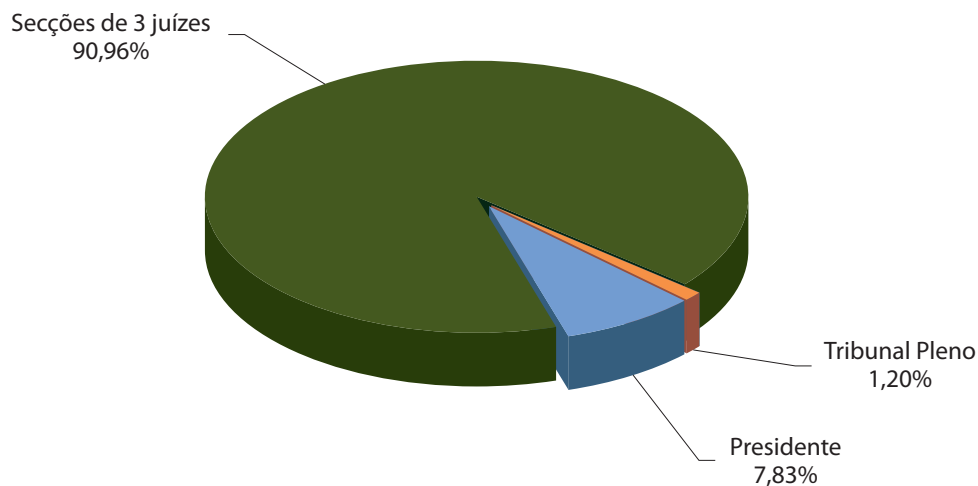
3. Processos entrados — Língua do processo (2007-2011)



Língua do processo	2007	2008	2009	2010	2011
Búlgaro	2				
Espanhol	2	1	1	2	2
Checo			1		
Alemão	17	10	9	6	10
Grego	2	3	3	2	4
Inglês	8	5	8	9	23
Francês	101	73	63	105	87
Italiano	17	6	13	13	29
Lituano	2	2			
Húngaro	1	1			1
Neerlandês	4	8	15	2	1
Polaco		1			1
Português		1			
Romeno	1				
Eslovaco					1
Total	157	111	113	139	159

A língua do processo reflete a língua em que o processo deu entrada e não a língua materna ou a nacionalidade do demandante/recorrente.

4. *Processos findos — Acórdãos e despachos — Formação de julgamento (2011)*



	Acórdãos	Despachos de cancelamento na sequência de resolução amigável ¹	Outros despachos que põem termo à instância	Total
Tribunal Pleno	1		1	2
Presidente			13	13
Secções de 3 juízes	75	8	68	151
Juiz singular				
Total	76	8	82	166

¹ Durante o ano de 2011, houve outras 13 tentativas de resolução amigável por iniciativa do Tribunal da Função Pública que não deram lugar a acordo.

5. Processos findos — Sentido da decisão (2011)

	Acórdãos			Despachos				Total
	Ações/Recursos julgados procedentes na totalidade	Ações/Recursos julgados parcialmente procedentes	Ações/Recursos julgados improcedentes na totalidade, não conhecimento do mérito	Ações/Recursos/Pedidos [manifestamente] inadmissíveis ou improcedentes	Resolução amigável na sequência da intervenção da formação de julgamento	Cancelamento por outras razões, não conhecimento do mérito ou remessa ao Tribunal da Função Pública	Pedidos julgados procedentes total ou parcialmente (processos especiais)	
Afetação/Reafetação	1	1	2					4
Avaliação/Promoção	1	4	15	7	5	6		38
Concursos			1	1		2		4
Condições de trabalho/Férias e licenças		1	3					4
Outros	1	1	10	20	1	4	6	43
Pensões de aposentação e de invalidez			2	1		1		4
Processos disciplinares			1	2	1			4
Recrutamento/ Nomeação/ /Classificação em grau	1	3	9	3		1		17
Remuneração e subsídios	1	1	6	5	1	17		31
Rescisão ou não renovação do contrato de um agente	2	1		1				4
Segurança Social/Doença profissional/Acidentes		3	5	5				13
Total	7	15	54	45	8	31	6	166

6. Medidas provisórias (2007-2011)

Processos de medidas provisórias findos	Sentido da decisão		
	Admissão total ou parcial	Negado provimento	Cancelamento
2007	4	4	
2008	4	4	
2009	1	1	
2010	6	4	2
2011	7	4	3
Total	22	16	5

7. Processos findos — Duração dos processos em meses (2011)

Acórdãos		Duração total do processo	Duração do processo, excluindo a duração da eventual suspensão
		Duração média	Duração média
Processos entrados no Tribunal da Função Pública	73	21,0	18,6
Processos inicialmente apresentados no Tribunal Geral ¹	3	73,7	57,7
Total	76	23,1	20,1

Despachos		Duração total do processo	Duração do processo, excluindo a duração da eventual suspensão
		Duração média	Duração média
Processos entrados no Tribunal da Função Pública	89	11,9	9,0
Processos inicialmente apresentados no Tribunal Geral ¹	1	18,5	18,5
Total	90	12,0	9,1

TOTAL GERAL	166	17,1	14,2
--------------------	------------	-------------	-------------

A duração dos processos é expressa em meses e em décimos de mês.

¹ No início da atividade do Tribunal da Função Pública, o Tribunal Geral transferiu 118 processos para o primeiro.

8. *Processos pendentes em 31 de dezembro* — **Formação de julgamento (2007-2011)**



	2007	2008	2009	2010	2011
Tribunal Pleno	3	5	6	1	
Presidente	3	2	1	1	1
Secções de 3 juizes	206	199	160	179	156
Juiz singular					2
Processos que ainda não foram atribuídos	23	11	8	4	19
Total	235	217	175	185	178

9. *Processos pendentes em 31 de dezembro* — **Número de demandantes/recorrentes**

Processos pendentes que agrupam o maior número de demandantes/recorrentes em 2011

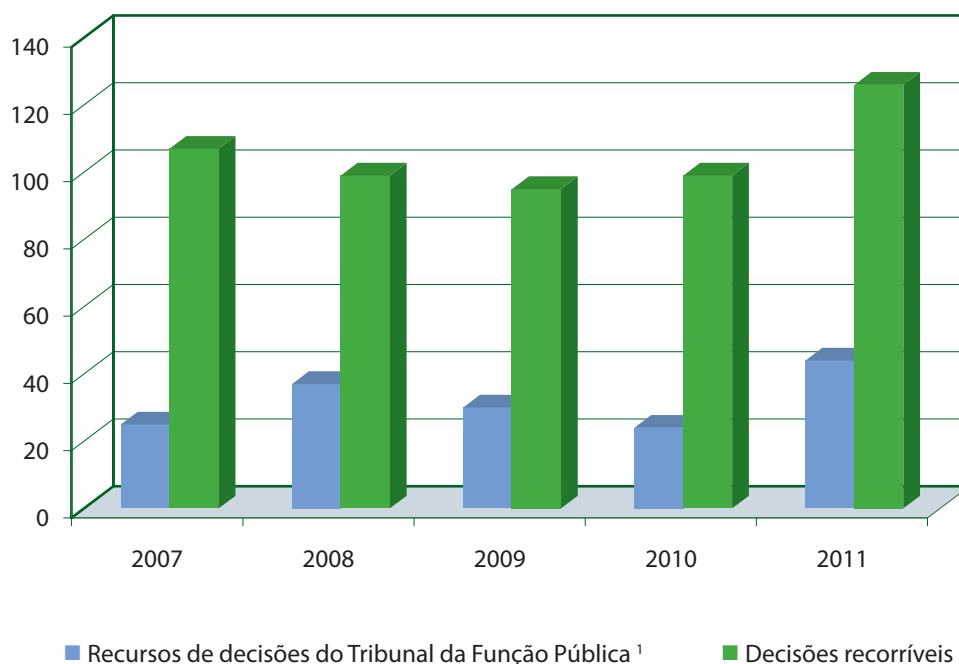
Número de demandantes/ /recorrentes	Domínios
535 (2 processos)	Estatuto — Remuneração — Adaptação anual das remunerações e pensões dos funcionários e outros agentes — Artigos 64.º, 65.º, 65.º A e anexo XI do Estatuto — Regulamento (UE) n.º 1239/2010 do Conselho, de 20 de dezembro de 2010 — Coeficiente de correcção — Funcionários afectos ao Ispra
169	Estatuto — Pessoal do BCE — Reforma do regime de pensões
34	Estatuto — BEI — Pensões — Reforma do regime de pensões
25	Estatuto — Promoção — Exercícios de promoção de 2010 e 2011 — Fixação dos limiares de promoção
20 (6 processos)	Estatuto — Remuneração — Prestações familiares — Abono escolar — Requisitos de concessão
19	Estatuto — Comité do Pessoal do Parlamento — Eleições — Irregularidades no processo eleitoral
13	Estatuto — Agente auxiliar — Agente temporário — Condições de contratação — Duração do contrato
10	Estatuto — Agente contratual — Agente temporário — Condições de contratação — Duração do contrato
6 (2 processos)	Estatuto — Promoção — Exercício de promoção de 2010 — Exame comparativo dos méritos — Decisão de não promover o recorrente
5 (5 processos)	Estatuto — Promoção — Exercício de promoção de 2008 — Decisão de não promover o recorrente

O termo «Estatuto» refere-se ao Estatuto dos Funcionários da União Europeia e ao Regime aplicável aos outros agentes da União.

Número total de demandantes/recorrentes em todos os processos pendentes (2007-2011)

	Total de demandantes/recorrentes	Total de processos pendentes
2007	1 267	235
2008	1 161	217
2009	461	175
2010	812	185
2011	1 006	178

10. *Diversos* — Decisões do Tribunal da Função Pública que foram objecto de recurso para o Tribunal Geral (2007-2011)



	Recursos de decisões do Tribunal da Função Pública ¹	Decisões recorríveis ²	Percentagem de recursos de decisões do Tribunal da Função Pública ³	Percentagem de recursos de decisões do Tribunal da Função Pública, incluindo resoluções amigáveis ⁴
2007	25	107	23,36%	21,93%
2008	37	99	37,37%	34,91%
2009	30	95	31,58%	30,93%
2010	24	99	24,24%	21,62%
2011	44	126	34,92%	32,84%

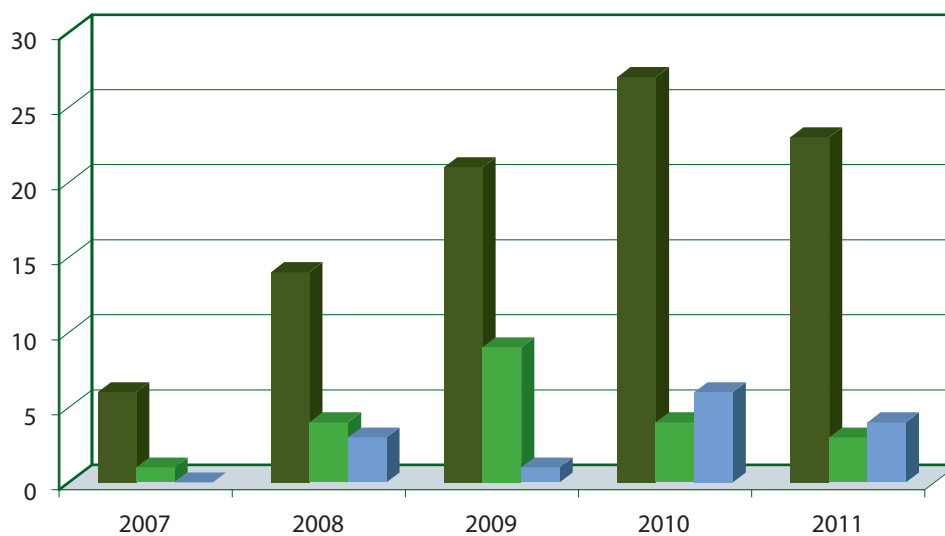
¹ As decisões recorridas por várias partes só são tidas em conta uma vez. Em 2007, duas decisões foram objecto, cada uma, de dois recursos; em 2011, uma decisão foi objecto de dois recursos.

² Acórdãos, despachos — que julgam as ações/recursos inadmissíveis, manifestamente inadmissíveis ou manifestamente improcedentes, despachos proferidos em processos de medidas provisórias, despachos de não conhecimento do mérito, despachos de indeferimento da intervenção — proferidos ou adoptados no ano de referência.

³ Esta percentagem pode, num ano determinado, não corresponder às decisões recorríveis proferidas no ano de referência, na medida em que o prazo de recurso pode começar num ano civil e terminar no ano seguinte.

⁴ O Tribunal da Função Pública esforça-se, a convite do legislador, por facilitar a resolução amigável dos litígios. Todos os anos, um certo número de processos termina por essa via. Esses processos não dão lugar a «decisões susceptíveis de recurso», a partir das quais a «percentagem de recursos» é tradicionalmente calculada no Relatório Anual, nomeadamente pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Geral. Ora, na medida em que se pode considerar que a «percentagem de recursos» traduz a «taxa de impugnação» das decisões de um órgão jurisdicional, essa percentagem reflectiria melhor a situação se fosse calculada tendo em conta não apenas as decisões susceptíveis de recurso mas também as que o não são, por, precisamente, porem fim ao litígio através de resolução amigável. É o resultado desse cálculo que figura nesta coluna.

11. *Diversos* — Resultados dos recursos para o Tribunal Geral (2007-2011)



■ Recursos de decisões do Tribunal da Função Pública aos quais foi negado provimento

■ Anulação total ou parcial sem remessa ao Tribunal da Função Pública

■ Anulação total ou parcial com remessa ao Tribunal da Função Pública

	2007	2008	2009	2010	2011
Recursos de decisões do Tribunal da Função Pública aos quais foi negado provimento	6	14	21	27	23
Anulação total ou parcial sem remessa ao Tribunal da Função Pública	1	4	9	4	3
Anulação total ou parcial com remessa ao Tribunal da Função Pública		3	1	6	4
Total	7	21	31	37	30